

## Revista de Concorrência e Regulação

### Índice temático

Concorrência – Questões gerais - <i>Nemo tenetur se ipsum accusare</i> .....	2
Concorrência – Questões gerais – <i>Private enforcement</i> .....	2
Concorrência – Questões gerais – Questões processuais.....	3
Concorrência – Questões gerais - Outros.....	4
Concorrência – Práticas restritivas – geral.....	5
Concorrência – Práticas restritivas – abuso de posição dominante .....	5
Concorrência – Práticas restritivas – restrições verticais.....	6
Concorrência – Práticas restritivas – restrições horizontais .....	7
Concorrência – Controlo de concentrações .....	8
Concorrência – Auxílios de Estado.....	8
Financeiro e bancário .....	9
Comunicações eletrónicas.....	10
Energia .....	11
Saúde.....	11
Autoridades Reguladoras .....	11
Regulação do comércio e concorrência desleal .....	12
Contratação pública .....	12
Direito contraordenacional e processual penal .....	12
Ambiente.....	14
Seguros.....	14
Artigos transversais e outros.....	14

**Concorrência – Questões gerais - Nemo tenetur se ipsum accusare**

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Paulo de Sousa Mendes	As garantias de defesa no processo sancionatório especial por práticas restritivas da concorrência confrontadas com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	1
Helena Gaspar Martinho	O direito ao silêncio e à não auto-incriminação nos processos sancionatórios do Direito da concorrência – Uma análise da jurisprudência comunitária	1
Vânia Costa Ramos	Nemo tenetur se ipsum accusare e concorrência – Jurisprudência do Tribunal de Comércio de Lisboa	1
Catarina Anastácio	O dever de colaboração no âmbito dos processos de contra-ordenação por infracção às regras de defesa da concorrência e o princípio nemo tenetur se ipsum accusare	1
Augusto Silva Dias	O direito à não-inculpação no âmbito das contra-ordenações do Código dos Valores Mobiliários	1
Diana Alfafar	O dever de colaboração e o nemo tenetur se ipsum accusare no direito sancionatório da concorrência	11-12
Angélica Rodrigues Silveira	“Nemo tenetur se ipsum accusare” e o dever de colaboração: análise do caso Weh c. Áustria da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	23-24

**Concorrência – Questões gerais – Private enforcement**

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Alberto Saavedra	The relationship between the leniency programme and private actions for damages at the EU level	4
Assimakis Komninos	Private Antitrust Damages Actions in the EU: Second Generation Questions	9
Alberto Saavedra	Access by National Courts and Private Plaintiffs to Leniency Documents Held by the Commission	10
Leonor Rossi/Miguel Sousa Ferro	Private Enforcement of Competition Law in Portugal (I): An Overview of Case-law	10
Catarina Anastácio	Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de junho de 2011, no Processo C-360/09, Pfleiderer AG v. Bundeskartellamt	10
José Robin de Andrade	Apresentação sobre a nova Lei de Arbitragem Voluntária e a aplicação do direito da concorrência pelos tribunais arbitrais	11-12

Christopher Hodges	New Modes of Redress for Consumers and Competition Law	11-12
Laurence Idot	Arbitration, European Competition Law and Public Order	11-12
Assimakis P. Komninos	Arbitration and EU Competition Law	11-12
Leonor Rossi/Miguel Sousa Ferro	Private Enforcement of Competition Law in Portugal (II): Actio Popularis – Facts, Fictions and Dreams	13
Fernanda Paula Stolz	A defesa da concorrência no Mercosul e a responsabilidade civil por ilícitos concorrenciais	14-15
Fernando Xarepe Silveiro	Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de junho de 2013, no Processo C-536/11, Bundeswettbewerbsbehörde v. Donau Chemie AG	14-15
Nuno Calaim Lourenço	The European Commission’s Directive on Antitrust Damages Actions	18
João Espírito Santo Noronha	Litigância jurídico-privada e Direito da Concorrência – A Diretiva n.º 2014/104/UE, de 26 de novembro de 2014: divulgação de elementos de prova, efeitos das decisões nacionais, prazos de prescrição e responsabilidade solidária	19
Marco Botta/Natalie Harsdorf	The Judgement of the European Court of Justice in Kone: Any Real Added Value?	20-21
Ricardo Alonso Soto	La aplicación privada del Derecho de la competencia	22
Antonio Robles Martín-Laborda	La Directiva 2014/104/UE sobre daños antitrust y la configuración del Derecho español de daños	22
Leonor Rossi/Miguel Sousa Ferro	O “private enforcement” do direito da concorrência e o acesso a elementos de prova	22
Antonio Davola	Empowering consumers through competition: A study on the creation of a European antitrust claims market	22
Vasil Savov	Quel rôle du regroupement de créances indemnitaires par voie de cession pour la réparation du préjudice subi en raison d’infractions commises au droit de la concurrence?	22

#### Concorrência – Questões gerais – Questões processuais

Autor	Título do Artigo	N.º RCR
Patrícia Lopes	Segredos de negócio versus direitos da defesa do arguido nas contraordenações da concorrência	4
Helena Gaspar Martinho	Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de Setembro de 2010 no Processo C-550/07 P, Akzo Nobel Chemicals Ltd e Akros Chemicals Ltd c. Comissão Europeia	4
Sara Rodrigues/Dorothee Serzedelo	O Estado português seria condenado? As buscas efetuadas pela Autoridade da Concorrência e o artigo 6.º, n.º 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem	6

Carla Farinhas	Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 de Maio de 2011 no Processo C-375/09 –Tele2Polska	6
Alexander Italianer	The European Commission's New Procedural Package: Increasing Interaction With Parties and Enhancing the Role of the Hearing Officer	7-8
João Espírito Santo Noronha	Impugnação de decisões da Autoridade da Concorrência em procedimento administrativo	9
Helena Gaspar Martinho	Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de 27 de setembro de 2011, Petição n.º 43509/08, A. Menarini Diagnostics SLR c. Itália	9
Márcio Schlee Gomes	As buscas e apreensões nos escritórios de advogados de empresas	10
Paulo de Sousa Mendes	O problema da utilização de elementos recolhidos em ações de supervisão como meios de prova em processo sancionatório	11-12
Paulo de Sousa Mendes	Eficácia das sanções e transações	16
Helena Gaspar Martinho	Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de 2 de outubro de 2014, Petição n.º 97/11, Delta Pekárny A.S. c. República Checa [Buscas e inspeções]	17
Jeroen Capiiau/Virgílio Mouta Pereira	The Easyjet Case and the rejection of complaints when they have already been dealt with by another Member of the ECN	22
Eva Lourenço	O Acórdão Vinci Construction e GTM Génie Civil et Services c. França, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), de 2 de abril de 2015, n.ºs 63629/10 e 60567/10	23-24
Luís Miguel Romão/Miguel Alexandre Mestre	Conteúdo e extensão do direito à confidencialidade das comunicações entre advogado e cliente à luz do direito comunitário e do direito nacional – Parte I	25

### Concorrência – Questões gerais - Outros

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
João Espírito Santo Noronha	Algumas reflexões na perspectiva de uma reforma da Lei da Concorrência	1
Luís Silva Morais	Evolutionary Trends of EC Competition Law – Convergence and Divergence with US Antitrust Law in a Context of Economic Crisis	1
Gonçalo Anastácio	Aspectos normativos decisivos para a modernização do direito da concorrência em Portugal	5
Fernando Herren Aguillar/Diogo R. Coutinho	A evolução da legislação antitruste no Brasil	7-8
Vinícius Marques de Carvalho/Ricardo Medeiros de Castro	Política industrial, campeões nacionais e antitruste sob a perspectiva brasileira: Uma avaliação crítica	7-8

João Espírito Santo Noronha	A aplicação no tempo do novo Regime Jurídico da Concorrência	10
Paulo de Sousa Mendes	O contencioso da concorrência: Balanço e perspectivas em função da reforma do direito da concorrência português	10
Lúcio Tomé Feteira	Entre eficiência e desenvolvimento: Reflexões sobre o Direito da Concorrência nos países em vias de desenvolvimento	19
António Ferreira Gomes	IV Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência: discursos de abertura e de encerramento	23-24
Francisco Marcos	Blowing hot and cold: the last word of the Supreme Court on setting fines for competition law infringements in Spain	25
Mateusz Blachuki	Judicial control of guidelines on antimonopoly fines in Poland	25

#### Concorrência – Práticas restritivas – geral

Autor	Título do Artigo	N.º RCR
Cristina Camacho	O sistema de competências paralelas e o princípio “non bis in idem”	3
Ana Perestrelo de Oliveira / Miguel Sousa Ferro	The sins of the son: parent company liability for competition law infringements	3
Nuno Carroulo dos Santos	Like running water? The Interplay Between Antitrust and Online Music Licensing	9
Fernando Xarepe Silveiro	O regime jurídico da clemência na nova Lei da Concorrência: Novas valências, novos desafios	10
Stéphane Rodrigues	Les services sociaux d'intérêt général dans la jurisprudence de la Cour de Justice de l'Union Européenne	13
Harry First/Spencer Weber Waller	Antitrust's Democracy Deficit	18

#### Concorrência – Práticas restritivas – abuso de posição dominante

Autor	Título do Artigo	N.º RCR
João E. Gata/Jorge Rodrigues	Uma perspectiva económica sobre abuso de posição dominante – A distribuição de gelados de impulso a nível europeu	1
Miguel Moura e Silva	A tipificação do abuso de posição dominante enquanto ilícito contra-ordenacional	1

Ioannis Kokkoris	Should the Dominance Test Have Been Changed?	5
António Pedro Santos	Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de Fevereiro de 2011 no Processo C-52/09, Telia-Sonera (Abuso de posição dominante sob a forma de esmagamento de margens pela empresa TeliaSonera)	5
Damien Neven/Hans Zenger	Some remarks on pricing abuses and exclusionary conduct	6
João Ilhão Moreira	Preços predatórios: Encontros e desencontros de jurisprudência e pensamento económico	6
Vicente Bagnoli	Um balanço crítico do desenvolvimento da política de concorrência no Brasil nos últimos 15 anos e o início da repressão das condutas unilaterais – Abuso de posição dominante	7-8
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo	A eficácia jurídica da norma de preço abusivo	7-8
Miguel Moura e Silva	Os abusos de exploração sobre os consumidores: Uma revolução silenciosa no novo regime nacional de proibição do abuso de posição dominante?	9
Konstantina Bania	Abuse of dominance in online search: Google's special responsibility as the new bottleneck for content access	14-15
Lucas Saretta Ferrari	Google e o direito europeu da concorrência: abuso de posição dominante?	14-15

### Concorrência – Práticas restritivas – restrições verticais

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Miguel Gorjão-Henriques / Miguel Sousa Ferro	The latest reform of EU Competition Law on Vertical Restraints	4
Laurence Idot	La pratique de l'Autorité française de concurrence en matière de restrictions verticales	4
Ioannis Lianos	Upfront access payment, category management and the new regulation of vertical restraints in EU Competition Law: importing the retail side of the story	4
Jean-François Bellis	The new EU rules on vertical restraints	5
Paula Vaz Freire	O poder de compra e as restrições verticais determinadas pela procura	7-8
Nuno Cunha Rodrigues	Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de outubro de 2011, nos Processos C-403/08 e C429/08, Murphy Football Association Premier League Ltd e o. / QC Leisure e o. e Karen Murphy / Media Protection Services Ltd	7-8

## Concorrência – Práticas restritivas – restrições horizontais

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
João Matos Viana	Acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 8 de Julho de 2008 – Processo T-99/04 (Os conceitos de autor e cúmplice de uma infracção ao artigo 81.º TCE)	1
João Pateira Ferreira	Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de Junho de 2009 (3ª secção) no Processo C-8/08, T-Mobile Netherlands BV e o. c. Raad van bestuur van de Nederlandse Mededingingsautoriteit (Práticas concertadas entre empresas, trocas de informações e infrações concorrenciais por objecto e/ou por efeito)	2
Arianna Andreangeli	Modernizing the approach to article 101 TFEU in respect to horizontal agreements: has the Commission’s interpretation eventually “come of age”?	4
Silke Obst / Laura Stefanescu	New block exemption regulation for the insurance sector – main changes	4
Donald I Baker/Edward A. Jesson	Adam Smith, modern networks and the growing need for antitrust rationality on competitor cooperation	6
Luís D. S. Morais	The New EU Framework of Horizontal Cooperation Agreements	6
Fernando Pereira Ricardo	As infracções pelo objecto do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia na jurisprudência da União Europeia	6
Cristina Camacho/Jorge Rodrigues	Using Economic Evidence in Cartel Cases: A Portuguese Case Study	6
João Pateira Ferreira	A aplicação da Lei da Concorrência às decisões de associações de empresas na jurisprudência do Tribunal do Comércio de Lisboa	6
Imelda Maher	The New Horizontal Guidelines: Standardisation	13
Margarida Caldeira	Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de fevereiro de 2013, no Processo C-1/12, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas v. Autoridade da Concorrência – Aplicação das regras de concorrência a ordens profissionais	13
Margarida Caldeira	Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 7 de janeiro de 2014 e Decisão Sumária do Tribunal Constitucional de 21 de maio de 2014, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas contra Autoridade da Concorrência	16
João Cardoso Pereira	Judgment of the Court (Third Chamber) of 11 September 2014, Groupement des cartes bancaires (CB) v European Commission (Groupement des Cartes Bancaires: Reshaping the Object Box)	18
Margarida Caldeira	Acórdão do Tribunal Constitucional de 16 de Dezembro de 2014, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas contra Autoridade da Concorrência – Aplicação das regras de concorrência a ordens profissionais e foro competente	19

### Concorrência – Controlo de concentrações

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
António Gomes	Minority Shareholders and Merger Control in Portugal	1
Carlos Pinto Correia / António Soares	Tender offers and merger control rules	2
Fernando Pereira Ricardo	A aquisição de participações ou de ativos da empresa insolvente e o conceito de concentração de empresas	4
Miguel Mendes Pereira	Natureza jurídica e função de compromissos, condições e obrigações no controlo prévio de concentrações	5
Pedro Costa Gonçalves	Controlo de concentração de empresas no direito português (uma visão jus-administrativista)	7-8
Ana Paula Martinez	Histórico e desafios do controle de concentrações econômicas no Brasil	7-8
Luis Ortiz Blanco/Alfonso Lamadrid de Pablo	Del test de posición dominante al test OSCE (Historia y evolución de los criterios de prohibición y autorización de las concentraciones entre empresas en el Derecho europeo, 1989 – 2004)	10

### Concorrência – Auxílios de Estado

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Piet Jan Slot	The credit crisis and the Community efforts to deal with it	3
Manuel Porto / João Nogueira de Almeida	Controlo negativo, controlo positivo ou ambos?	3
António Carlos dos Santos	Crise financeira e auxílios de Estado – risco sistémico ou risco moral?	3
Ana Rita Gomes de Andrade	As energias renováveis – Uma luz verde aos auxílios de Estado?	3
Marco Capitão Ferreira	Decisão da Comissão Europeia relativa à garantia estatal concedida pelo Estado português ao Banco Privado Português	3
Alexandra Amaro	Auxílios de Estado e contratos públicos: Os limites do concurso	11-12
Ricardo Pedro	Auxílios de minimis 2014-2010: notas à luz do Regulamento (UE) n.º 1407/2013	17
João Zenha Martins	Consultoria em inovação e o redesenho dos apoios ao emprego e à formação no Regulamento (UE) n.º 651/2014	20-21



## Financeiro e bancário

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
René Smits	Europe's Post-Crisis Supervisory Arrangements – a Critique	2
José Nunes Pereira	A caminho de uma nova arquitetura da supervisão financeira europeia	2
Pedro Gustavo Teixeira	The Evolution of Law and Regulation and of the Single European Financial Market until the Crisis	2
Paulo de Sousa Mendes	How to deal with transnational market abuse? – the Citigroup case	2
Luís Máximo dos Santos	A reforma do modelo institucional de supervisão dos setores da banca e dos seguros em França	2
José Renato Gonçalves	A sustentabilidade da zona euro e a regulação do sistema financeiro	2
Paulo Câmara	“Say on Pay”: o dever de apreciação da política remuneratória pela assembleia geral	2
Nuno Cunha Rodrigues	Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de julho de 2010 (1ª secção) no Processo C-171/08 – Comissão c. Portugal (Crónica de uma morte anunciada?)	3
Paulo de Sousa Mendes	A derrogação do segredo bancário no processo penal	7-8
Felipe Hochscheidt Kreutz	O segredo bancário no processo penal	7-8
Madalena Perestrelo de Oliveira	As alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito: o fim da era do sigilo bancário?	7-8
Luís Guilherme Catarino	A “agencificação” na regulação financeira da União Europeia: Novo meio de regulação?	9
Luís Máximo dos Santos	O novo regime jurídico de recuperação de instituições de crédito: Aspectos fundamentais	9
Ana Pascoal Curado	As averiguações preliminares da CMVM no âmbito da luta contra a criminalidade financeira: Natureza jurídica e aplicação do princípio nemo tenetur	9
Miguel Brito Bastos	Scalping: Abuso de informação privilegiada ou manipulação de mercado?	9
Helena Magalhães Bolina	O direito ao silêncio e o estatuto dos supervisionados no mercado de valores mobiliários	11-12
Vinicius de Melo Lima	Ações neutras e branqueamento de capitais	11-12
Bernardo Feijoo Sánchez	El Derecho Penal Español frente a fraudes bursátiles transnacionales - ¿Protege el derecho penal del mercado de valores los mercados financieros internacionales?	13
Bernardo Feijoo Sánchez	Imputación objetiva en el derecho penal económico: el alcance del riesgo permitido. Reflexiones sobre la conducta típica en el derecho penal del mercado de valores e instrumentos financieros y de la corrupción entre particulares	14-15

Joseph Dale Mathis	European Payment Services: How Interchange Legislation Will Shape the Future of Retail Transactions	17
José Gonzaga Rosa	Shadow Banking – New Shadow Entities Come to Light	18
Pedro Lobo Xavier	Das medidas de resolução de instituições de crédito em Portugal – análise do regime dos bancos de transição	18
Sofia Brito da Silva	A notação de risco da dívida soberana: O exercício privado de um serviço de interesse público	18
Pablo Galain Palermo	Lavado de activos en Uruguay: una visión criminológica	20-21
Sérgio Varela Alves	Da participação da Banca em Sociedades não Financeiras: Mais do que allfinance	20-21
Rute Saraiva	Um breve olhar português sobre o modelo de supervisão financeira em Macau	20-21
Luís Pedro Fernandes	Dos sistemas de Microcrédito na Lusofonia: Problemas e soluções	20-21
Daniela Pessoa Tavares	O segredo bancário na legislação bancária de Angola, Cabo Verde e Moçambique	20-21
Raluca Ghiurco	As instituições de supervisão financeira em Moçambique	20-21
Francisco Mário	Supervisão bancária no sistema financeiro Angolano	20-21
Catarina Balona/João Pedro Russo	O Banco de Cabo Verde - Principais aspetos orgânicos e funcionais	20-21
José Gonzaga Rosa	União Económica e Monetária da África Ocidental: uma boa ideia, com uma execução pobre	20-21
Tiago Larsen	Regulação bancária na Guiné-Bissau	20-21
Luís Guilherme Catarino	“Fit and Proper”: o controlo administrativo da idoneidade no sector financeiro	23-24
Margarida Reis	A idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições de crédito	23-24
Inês Serrano de Matos	“Debt finance”: as obrigações como engodo do investidor e a informação externa como um meio de tutela daquele	23-24
João Andrade Nunes	Os deveres de informação no mercado de valores mobiliários: o prospetivo	23-24
João Vieira dos Santos	A união dos mercados de capitais e o Sistema Europeu de Supervisão Financeira	23-24

### Comunicações eletrónicas

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Ana Amante/João Vareda	Switching Costs in the Portuguese Telecommunications Sector: Results from a Customer Survey	7-8
Ana Proença Coelho	Entre o dever de colaborar e o direito de não se autoinculpar: O caso da supervisão do ICP-ANACOM	11-12
Manuel da Costa Cabral	A governação da Internet e o posicionamento de Portugal	14-15

Marta Moreira Dias	Perspetiva sobre os 25 anos da Internet em .pt	14-15
Victor Castro Rosa	Digital Piracy and Intellectual Property Infringement: role, liability and obligations of Internet Service Providers. The evolution of European Case-Law	14-15
David Silva Ramalho	A investigação criminal na dark web	14-15
João Confraria	Perspetivas de mudança na regulação das comunicações	19

## Energia

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Miguel Sousa Ferro	Nuclear Law at the European Court in the 21st Century	11-12
Orlindo Francisco Borges	Responsabilidade civil das sociedades de classificação por derrames petrolíferos causados por navios inspecionados: em busca de um claro regime entre o port state control e os contratos de classificação	13
Filipe Matias Santos	O comercializador de último recurso no contexto da liberalização dos mercados de eletricidade e gás natural	18

## Saúde

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Olívio Mota Amador	Desafios da regulação da saúde em Portugal nos tempos de crise	10

## Autoridades Reguladoras

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
João Confraria	Falhas do Estado e regulação independente	3
Jorge André Carita Simão	A responsabilidade civil das autoridades reguladoras	6
Victor Calvete	Entidades administrativas independentes: Smoke & Mirrors	7-8
Luís Silva Morais	Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras – Algumas questões essenciais e justificação do perímetro do regime face às especificidades da supervisão financeira	17
João Confraria	Uma análise económica da Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras Independentes	17
Luis Guilherme Catarino	O Novo Regime da Administração Independente: Quis custodiet ipsos custodes?	17

Tânia Cardoso Simões	Entidades reguladoras: Um ano de Lei-Quadro	17
----------------------	---	----

### Regulação do comércio e concorrência desleal

Autor	Título do Artigo	N.º RCR
Jaime Andrez	Propriedade Industrial e concorrência – uma leitura económica da sua inevitável complementaridade	2
Deolinda de Sousa	O alinhamento de preços nas vendas com prejuízo	6
Peter Freeman	The UK experience: The Grocery Supply Code of Practice	7-8

### Contratação pública

Autor	Título do Artigo	N.º RCR
António Ferreira Gomes/Ana Sofia Rodrigues	Enhancing Efficiency in Public Procurement in Portugal: An Overview of the Relevant Competition Issues	19
Nuno Cunha Rodrigues	O princípio da concorrência nas novas diretivas sobre contratação pública	19
Raquel Carvalho	As novas Diretivas da Contratação Pública e a tutela da concorrência na execução dos contratos públicos	19

### Direito contraordenacional e processual penal

Autor	Título do Artigo	N.º RCR
Paulo de Sousa Mendes	A derrogação do segredo bancário no processo penal	7-8
Felipe Hochscheidt Kreutz	O segredo bancário no processo penal	7-8
Luís Greco	Existem critérios para a postulação de bens jurídicos coletivos?	7-8
Ricardo Oliveira Sousa	A comunicabilidade da prova obtida em direito processual penal para o processo contraordenacional	9
André Mauro Lacerda Azevedo	Bribery Act 2010: Um novo paradigma no enfrentamento da corrupção	10
André Paralta Areias	O valor do princípio da presunção de inocência no novo regime da indemnização por indevida privação da liberdade	13
Bernardo Feijoo Sánchez	El Derecho Penal Español frente a fraudes bursátiles transnacionales - ¿Protege el derecho penal del mercado de valores los mercados financieros internacionales?	13

Tiago Geraldo	A reabertura do inquérito (ou a proibição relativa de repetição da ação penal)	13
Miguel Prata Roque	O Direito Sancionatório Público enquanto bisettriz (imperfeita) entre o Direito Penal e o Direito Administrativo – a pretexto de alguma jurisprudência constitucional	14-15
Bernardo Feijoo Sánchez	Imputacion objetiva en el derecho penal economico: el alcance del riesgo permitido. Reflexiones sobre la conducta típica en el derecho penal del mercado de valores e instrumentos financieros y de la corrupción entre particulares	14-15
Milene Viegas Martins	A admissibilidade de valoração de imagens captadas por particulares como prova no processo penal	14-15
Érico Fernando Barin	Alargar a perda alargada: O projeto Fenix	16
José Danilo Tavares Lobato	Um panorama da relação entre abuso e direito, ações neutras e lavagem de dinheiro	16
Mafalda Melim	Standards de prova e grau de convicção do julgador	16
David Silva Ramalho	O uso de malware como meio de obtenção de prova em processo penal	16
Catiuce Ribas Barin	A valoração das gravações de áudio produzidas por particulares como prova no processo penal	16
José Neves da Costa	Do aproveitamento em processo penal das provas ilicitamente obtidas por particulares – O caso BCP	16
Catarina Abegão Alves	Agente infiltrado ou provocador? Um problema de proibição de prova à luz do caso Teixeira de Castro v. Portugal	16
Stephen Mason	Towards a global law of electronic evidence? An exploratory essay	23-24
Angélica Rodrigues Silveira	“Nemo tenetur se ipsum accusare” e o dever de colaboração: análise do caso Weh c. Áustria da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	23-24
Daniel Diamantaras de Figueiredo	O direito ao confronto e o caso Al-Khawaja e Tahery c. Reino Unido	23-24
Felipe Soares Tavares Morais	O ônus da prova e a presunção de inocência no processo penal brasileiro	23-24
Margarida Caldeira	A utilizabilidade probatória das declarações prestadas por arguido em fase anterior ao julgamento	23-24
Eva Lourenço	O Acórdão Vinci Construction e GTM Génie Civil et Services c. França, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), de 2 de abril de 2015, n.ºs 63629/10 e 60567/10	23-24

## Ambiente

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
José Danilo Tavares Lobato	Princípio da subsidiariedade do Direito Penal e a adoção de um novo sistema jurídico na tutela ambiental	2
António Sequeira Ribeiro	A revisão da lei de bases do ambiente (algumas notas sobre a vertente sancionatória)	5
Heloísa Oliveira	Eficácia e adequação na tutela sancionatória de bens ambientais	5
José Danilo Tavares Lobato	Acessoriedade administrativa no direito penal do ambiente e os riscos para o princípio da legalidade	5
Annette Bongardt/João E. Gata	Competition Policy and Environmental Protection: a critical overview	5
Giulio Federico	Climate Change and Environmental Policies in the European Electricity Sector	5

## Seguros

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Luís Máximo dos Santos	A reforma do modelo institucional de supervisão dos setores da banca e dos seguros em França	2
Catarina Baptista Gomes	Os danos indemnizáveis no seguro financeiro	25
Celina Isabel Dias Videira	O seguro de responsabilidade civil profissional dos advogados	25
Miguel Duarte Santos	O beneficiário nos seguros de pessoas	25

## Artigos transversais e outros

<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>N.º RCR</b>
Manuel Sebastião	The Portuguese Competition Authority and the Portuguese Competition and Regulation Journal – A meeting of the minds	1
Eduardo Paz Ferreira	Em torno da regulação económica em tempos de mudança	1
Nuno Sousa e Silva	The proposed Directive on multi-territorial licensing for online music – Is competition a good idea?	16
Miguel da Câmara Machado	“Corrupção: denuncie aqui” - vale tudo no combate à corrupção?	20-21
Paulo Alves Pardal	O acidentado percurso da Constituição Económica Portuguesa	22
Francisco Portugal	Impact of taxes on competition: the legal status quo in the European Union	22